



## Entre a Ciência e a Política

Nos dias 15 e 16 de maio, o Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGANT) e o Curso de Bacharelado de Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) realizaram o **I Simpósio Formação e Profissionalização no Campo da Antropologia no Brasil: novos horizontes entre a ciência e a política**, com financiamento da CAPES e apoio da ABA-SUL.

Este Simpósio se vinculou às iniciativas anteriores da ABA (Associação Brasileira de Antropologia), em especial com a criação do Código de Ética, elaborado na gestão 2006-2008, e instituição de sua Comissão de Ética. Somam-se a isso as pautas de reuniões científicas da área, como a RBA (Reunião Brasileira de Antropologia), a REA (Reunião Equatorial de Antropologia) e a RAM (Reunião de Antropologia do MERCOSUL). Dessas reuniões periódicas resultaram em várias publicações sobre o tema central desta proposta, como, apenas para exemplificar, constam nas seguintes obras: *Ensino de Antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além fronteiras* (2006), *Antropologia extramuros: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos* (2008) e *Experiências de Ensino e Prática em Antropologia no Brasil* (2010), *Antropologia e Ética: desafios para a regulamentação* (2013).

As discussões proporcionaram a reflexão crítica e a tomada de posicionamentos sobre a formação e a profissionalização no campo da Antropologia no Brasil, considerando a ampliação do mercado profissional para antropólogos/as no país, bem como a criação de *novos* programas de pós-graduação e cursos de graduação em Antropologia. Neste sentido, conjugou-se



a discussão da profissionalização à formação, tanto na graduação como na pós-graduação. Os diferentes projetos pedagógicos da formação em antropologia na graduação aportou a discussão da multidisciplinariedade, considerando os diferentes contextos institucionais, demandas sociais em que a alteridade é constituidora de identidades profissionais.

A mesa redonda, coordenada pela profa. Flavia Rieth, *Antropólogos/as e Formação, se constituiu a partir dos* relatos de experiências de Rafael Devos na coordenação do curso de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Claudio Carle pela UFPEL e Ceres Karam Brum pelos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina. Na continuidade, discutiu-se a *formação e o mercado de trabalho na pós-graduação* com a conferência proferida pela Profa. Lia Zanotta Machado sobre a qualificação do sistema de avaliação dos cursos pela CAPES e a responsabilidade social do antropólogo na sua prática profissional. Em que a coordenação da discussão foi encaminhada pelo professor Carlos Steil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Participaram da mesa redonda *Antropólogos/as e Profissionalização: Relatos de Experiências*, coordenada pelo professor Jorge Eremites de Oliveira/UFPEL, Janaína Campos Lobo / INCRA-RS, Jane Felipe Beltrão/ UFPA, Fabio Mura/UFPB e Cristian Salaini / Unesco que evidenciaram a complexidade da prática antropológica que tem a etnografia como articuladora dos diferentes campos de atuação. O reconhecimento da complexidade da produção de conhecimentos situados na Antropologia, consagrados por critérios científicos e éticos da produção de etnografia, conduziu a discussão para a reconfiguração da atuação dos/as antropólogos/as, pois até décadas atrás sua formação profissional era basicamente voltada à atuação na academia.

Em que pese discutir a ampliação do campo da Antropologia, visto pelas mudanças e transformações no ensino e profissionalização de antropólogos/as,



faz-se necessário salientar que o processo em curso de regulamentação da pesquisa no país é bastante restritivo. Por isso a ABA se manifesta contrária a subordinação das pesquisas em ciências humanas aos ditames do regramento da pesquisa na área da saúde. Assim o faz reivindicando uma regulamentação específica das pesquisas realizadas na interlocução **com seres humanos** e não **em seres humanos**.

A discussão convergiu para a mesa redonda *Regulamentação da Profissão: responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos/as*, coordenada pelo prof. Francisco Pereira Neto, com participação de Patrice Schuch / UFRGS e Marcia Anita Sprandel / CEMI-UNICAMP e Assessora Técnica do Senado Federal. Nas apresentações foram retomadas discussões das mesas anteriores através de um quadro que explicitou a diversificação dos campos de atuação dos antropólogos na atualidade, assim como a especificidade de seus contextos de ação institucional. A discussão sobre complexidade dos desafios profissionais produziu elementos para pensar a regulamentação da profissão em termos mais amplos, colocando em perspectiva as possibilidades e os limites desta ação tanto para a prática profissional como para a produção do pensamento antropológico.

Enfim, as apresentações e debates do **I Simpósio Formação e Profissionalização no Campo da Antropologia no Brasil** demonstraram a importância do tema e a necessidade da comunidade de cientistas e profissionais da antropologia tomar sua discussão como questão básica para a expansão de nosso campo de atuação.





# FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO NO CAMPO DA ANTROPOLOGIA NO BRASIL: NOVOS HORIZONTES ENTRE A CIÊNCIA E A POLÍTICA.

DATA: 15 E 16 DE MAIO DE 2014  
PROMOÇÃO: UFPEL-PPGA  
APOIO: ABA-SUL







# FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO NO CAMPO DA ANTROPOLOGIA NO BRASIL: NOVOS HORIZONTES ENTRE A CIÊNCIA E A POLÍTICA.

DATA: 15 E 16 DE MAIO DE 2014  
PROMOÇÃO: UFPEL-PPGA  
APOIO: ABA-SUL







# FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO NO CAMPO DA ANTROPOLOGIA NO BRASIL: NOVOS HORIZONTES ENTRE A CIÊNCIA E A POLÍTICA.

DATA: 15 E 16 DE MAIO DE 2014  
PROMOÇÃO: UFPEL-PPGA  
APOIO: ABA-SUL







# FORMAÇÃO E PROFISSIONALIZAÇÃO NO CAMPO DA ANTROPOLOGIA NO BRASIL: NOVOS HORIZONTES ENTRE A CIÊNCIA E A POLÍTICA.

DATA: 15 E 16 DE MAIO DE 2014  
PROMOÇÃO: UFPEL-PPGA  
APOIO: ABA-SUL

relatório parcial, de 2011):

"O desafio na realização deste projeto pode ser comparado à abertura da caixa de pandora, segundo "expressão usada em aliterático sempre que uma máquina ou um conjunto de contatos se revela complexo demais". Os direitos culturais e territoriais protegidos pelo Estado brasileiro às comunidades remanescentes de quilombos, a partir da Constituição Federal de 1988, têm apresentado uma trajetória controversa até por questionamentos de interesses econômicos e políticos institucionalmente representados. A interpretação desses direitos se define igualmente pelo papel de profissões e de disciplinas como a antropologia, a que por sua vez exige, entre outras, a efetivação de uma rede de antropólogos articulados pela sua associação científica. Para o funcionamento desta "caixa de pandora" tem sido preciso construir argumentos relacionados aos conceitos e as práticas de pesquisa antropológica, juntamente com a disposição de levar as controvérsias como tema de viabilizar os objetivos deste projeto. [...] Neste caso visamos não só a construção de convencimentos, mas a construção de um denominador comum e uma prática disciplinar compartilhada na qual estamos envolvidos como pesquisadores no diálogo das relações entre cultura, política, demandas da administração pública e movimentos sociais (O DWYER e MULLER, 2011:2).

- POLÍTICA DE ASSOCIAÇÃO ENTRE PESQUISA ACADÊMICA E SERVIÇOS TÉCNICOS
- PRÁTICA DISCIPLINAR COMPARTILHADA
- ABA COMO ORÇÃO "MEDIADOR" para as demandas dos órgãos públicos + avaliação permanente

